AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

REUNIÃO CONJUNTA

Conselho Político da ACD

Frente Parlamentar sobre o limite dos juros e auditoria da dívida pública

Brasília, 5 de novembro de 2026

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar sobre o Limite de Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular – Dia 5.11.2026

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

- Pressão do mercado financeiro por ajustes fiscais mais intensos, contrarreformas e privatizações, querendo impor o projeto que foi derrotado nas urnas para privilegiar ainda mais o Sistema da Dívida.
- Os desafios para o quarto mandato do presidente Lula a partir dessa pressão do mercado e dos projetos em pauta: ameaça de contrarreformas da Previdência e Administrativa (PEC 38); risco de dolarização (Resolução BC nº 575/2026); possibilidade de o Banco Central comprar "papéis podres" de instituições financeiras (PEC 65/2023), entre outros.
- Apresentação de propostas por parte da ACD, para que seja enfrentado o Sistema da Dívida mediante a realização da auditoria com participação popular; aprovação do limite de juros no Brasil (PLP 104/2022), e demais medidas que fortaleçam a economia brasileira e garantam investimentos socioeconômicos e ambientais efetivos.

2 - PEC 38/2025 – CONTRARREFORMA ADMINISTRATIVA: AMEAÇAS AO SERVIÇO PÚBLICO E AOS DIREITOS SOCIAIS

- Folheto "Reforma Administrativa ou Desmonte?" https://auditoriacidada.org.br/conteudo/folheto-reforma-administrativa-ou-desmonte/.
- Grande imprensa faz malabarismo para culpar gastos sociais pelo crescimento da dívida https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grande-imprensa-faz-malabarismo-para-culpar-gastos-sociais-pelo-crescimento-da-divida/.

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar sobre o Limite de Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular – Dia 5.11.2026

- Mobilização contra a Reforma Administrativa e PRS n.º 8/2025 do Senado Federal: ferramenta para envio de carta a parlamentares e autoridades com apenas 1 clique https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-pressione-autoridades-brasileiras-dos-poderes-legislativo-executivo-e-judiciario-a-rejeitarem-a-pec-38-2025/ .

3 - PEC 65/2023: autonomia irrestrita do Banco Central em relação aos poderes constituídos, com amplos poderes para realizar negócios jurídicos, inclusive adquirir "papéis podres" de bancos, sem limites ou mecanismos efetivos de controle

- Possibilidade de apreciação no plenário do Senado nos próximos dias https://auditoriacidada.org.br/conteudo/novo-folheto-acd-e-recebida-de-portas-em-campanha-contra-a-pec-65-no-senado/.
- Pedido para envio de Carta com 1 clique a senadores(as) para rejeitar a PEC 65: https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-envie-mensagem-a-senadores-e-senadoras-para-que-se-posicionem-contrariamente-a-pec-65-2023/

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar

4 - CAMPANHA PELO LIMITE DE JUROS (PLP 104/2022)

- Necessidade de fortalecimento da campanha pelo limite dos juros no Brasil.
- Até a grande imprensa e a teoria "ortodoxa" reconhecem que a taxa de juros brasileira é absurda https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ate-a-grande-imprensa-e-a-teoria-ortodoxa-reconhecem-que-a-taxa-de-juros-brasileira-e-absurda/
- Com apenas 1 clique, envie mensagem que cobra aprovação de requerimentos que possibilitam avanço da tramitação do projeto https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-pressione-o-presidente-da-camara-dos-deputados-para-que-aprove-os-requerimentos-e-o-plp-104-2022-avance-para-a-ccj/

5 - CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA

- Nova reforma da previdência já está engatilhada contra o povo brasileiro https://auditoriacidada.org.br/conteudo/nova-reforma-da-previdencia-ja-esta-engatilhada-contra-o-povo-brasileiro/ .

6 - LUTA PELA EXTINÇÃO DO CONFISCO PREVIDENCIÁRIO SOBRE OS PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

- Fim do confisco previdenciário é pauta prioritária dos servidores https://auditoriacidada.org.br/conteudo/fim-do-confisco-previdenciario-e-pauta-prioritaria-dos-servidores-neste-mes-de-outubro/ .

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar

- CONACATE debateu o fim do confisco previdenciário no serviço público em seu no XI Congresso https://auditoriacidada.org.br/nucleo/conacate-debate-o-fim-do-confisco-previdenciario-no-servico-publico/ .

7 - NÚCLEOS DA ACD

· Informes e propostas conforme reunião de Núcleos de 29/10/2026 (informes sobre relatórios da dívida do RJ).

8 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA A ACD

· Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145 ou https://auditoriacidada.org.br/doacao/

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

Brasil: Vitória do povo, que se mobilizou para modificar o resultado do 1º Turno nas eleições presidenciais

- Não foi uma vitória partidária, mas sim da consciência das pessoas e do amor à Pátria, com uma mobilização impressionante;
- Resultado que provocou reflexos importantes tanto em âmbito nacional como internacional;
- Derrota de Lula no 1º turno levou o governo a rever austeridade fiscal;
- ACD tem reforçado a declaração de Lula no sentido de que "**É preciso parar com essa babaquice de fazer superávit**"
- Porém, mercado financeiro pressiona, com suas armas, para manter e aprofundar o ajuste fiscal para garantir a continuidade dos privilégios do Sistema da Dívida;
- Artigo de André Lara Resende coloca na pauta o debate sobre a necessidade de limitar os juros no Brasil e controlar o BC;
- Banco Central decidiu, ontem, manter a Selic no abusivo patamar de 13,75%, sem justificativa técnica ou científica que se sustente!

QUARTO MANDATO DE LULA:
O maior desafio é enfrentar os privilégios do Sistema da Dívida

- Movimentos de Bolsa e dólar tentam impor o projeto econômico derrotado nas urnas, com aprofundamento do ajuste fiscal, contrarreformas e privatizações;
- Austeridade fiscal representa ameaça aos direitos sociais e à estrutura do Estado, além de pavimentar o caminho para aprovação de contrarreformas da Previdência e Administrativa (PEC 38/2025);
- Riscos à soberania nacional decorrentes da possibilidade de dolarização (Resolução BC nº 575/2026);
- Risco de ampliação da desvinculação do BC em relação aos poderes constituídos e com poder para adquirir "papéis podres" de instituições financeiras (PEC 65/2023);

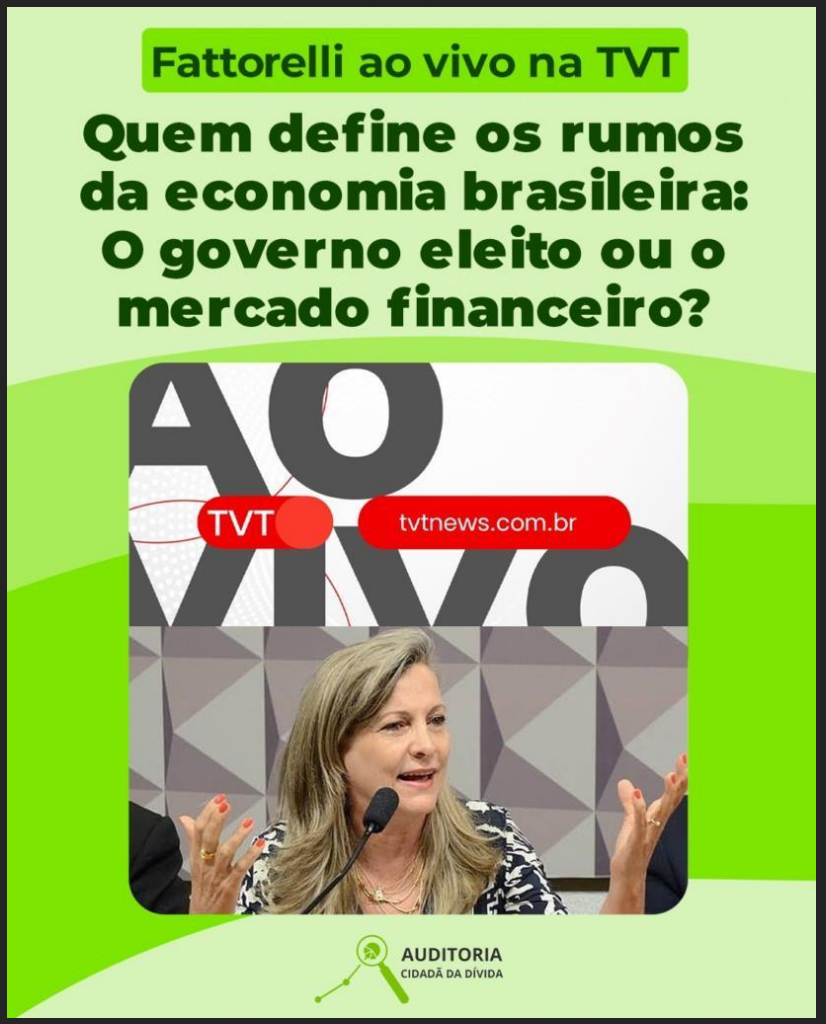
ACD preparou CARTA AO PRESIDENTE LULA: enfrentar a "babaquice do superávit", os privilégios do Sistema da Dívida e aprovar o limite de juros no Brasil (PLP 104/2022), a fim de garantir investimentos socioeconômicos e ambientais efetivos.

- No entanto...

Lula fará pronunciamento com defesa da pacificação e recados ao mercado financeiro

Acesse Política

ACD tem denunciado a tentativa de impor um projeto econômico derrotado nas urnas



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/daqui-a-pouco-ao-vivo-quem-define-os-rumos-da-economia-brasileira-o-governo-eleito-ou-o-mercado-financeiro/



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/acd-avisou-fazenda-sinaliza-com-ajustes-fiscais-apos-chilique-do-mercado-financeiro/

A PRODUÇÃO DE SUPERÁVIT PRIMÁRIO NÃO CONTROLA O CRESCIMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

No período de 1995 a 2015, produzimos R$1 trilhão de superávit primário, e, no mesmo período, a dívida interna federal explodiu: passou de R$86 bilhões em 1995 para R$4 Trilhões em 2015.



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-rombo-das-contas-publicas-esta-no-sistema-da-divida-e-nao-em-investimentos-sociais/





https://auditoriacidada.org.br/conteudo/superavit-primario-quem-ganha-e-quem-paga-essa-conta/

Por que o Brasil se ajoelha para essa política que exige a produção de superávit primário?



https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/a-china-zomba-dos-ajustes-fiscais/

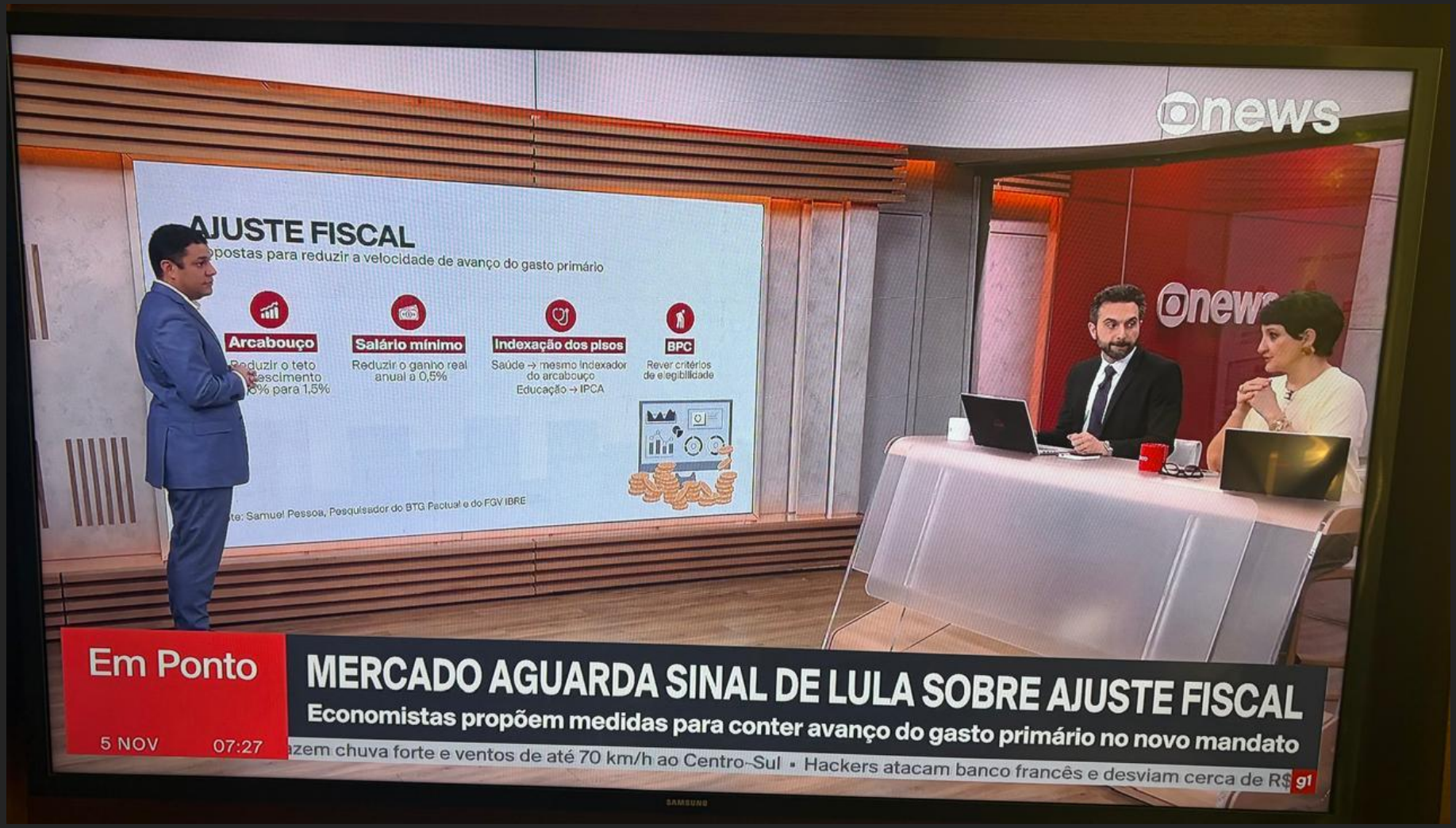
MERCADO TENTA IMPOR À FORÇA O PROJETO DE AJUSTE FISCAL DERROTADO NAS URNAS



MERCADO TENTA IMPOR À FORÇA O PROJETO DE AJUSTE FISCAL DERROTADO NAS URNAS



MERCADO TENTA IMPOR À FORÇA O PROJETO DE AJUSTE FISCAL DERROTADO NAS URNAS



SISTEMA DA DÍVIDA IMPÕE RISCOS:
PEC 38/2025, PEC 65/2023, Aprofundamento do Arcabouço Fiscal, Privatizações, Juros altos

Reforma Administrativa ou Desmonte?

Como o Banco Mundial e o BID interferem para o desmonte dos serviços sociais

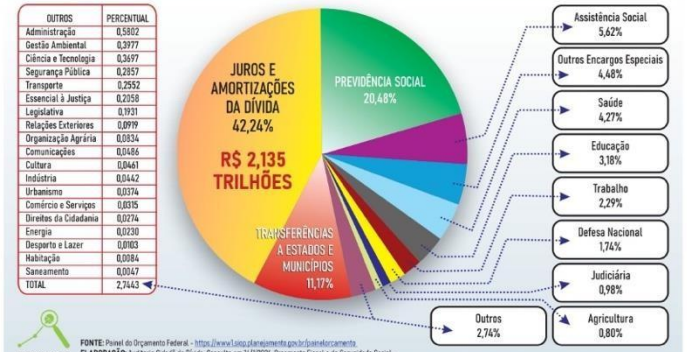
Uma nova proposta de "Reforma Administrativa" está sendo apresentada à sociedade de forma extremamente atraente e sedutora, por meio de intensa propaganda de "modernização" do Estado brasileiro, eficiência na prestação de serviços públicos e economia de recursos. Todas as pessoas querem isso, mas será que essa proposta representa isso mesmo? **Você precisa conhecer, porque essa proposta interfere em sua vida!**

A medida foi formalizada na Câmara dos Deputados como **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 38/2025** e **2 projetos de lei** e pretende fazer uma profunda modificação na Constituição Federal do Brasil. Caso aprovada, essa proposta representará um prejuízo incalculável à população, pois irá DEMOLIR a estrutura do Estado que presta **serviços de saúde, educação, previdência, assistência e demais, os quais correm o risco de serem privatizados ou até desaparecer.**

E o que está por trás desse desmonte da estrutura do Estado? Entregar mais recursos ainda para o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, que já consome mais de 40% do orçamento federal anualmente, como mostra o gráfico abaixo, referente ao ano de 2025, por exemplo.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R$ 5,054 TRILHÕES

OUTROS	PERCENTUAL
Administração	0,5802
Gestão Ambiental	0,3977
Ciência e Tecnologia	0,3697
Segurança Pública	0,2857
Transporte	0,2552
Essencial à Justiça	0,2058
Legislativa	0,1931
Relações Exteriores	0,0919
Organização Agrária	0,0834
Comunicações	0,0486
Cultura	0,0461
Indústria	0,0442
Urbanismo	0,0374
Comércio e Serviços	0,0315
Direitos da Cidadania	0,0274
Energia	0,0230
Desporto e Lazer	0,0103
Habitação	0,0084
Saneamento	0,0047
TOTAL	2,7443



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

FONTE: Painel do Orçamento Federal - https://www1.siop.planejamento.gov.br/painelorcamento
ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/1/2026. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamentos).
NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R$ 50,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentre as quais as "Emendas Pix", no valor de R$ 4,9 bilhões, que representaram 0,14% de orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Raio X das Emendas Parlamentares".

Essa dívida não tem servido para financiar investimentos no país, como já **comprovado pelo Tribunal de Contas da União**, funcionando como o que denominamos **Sistema da Dívida**.

A proposta de "Reforma Administrativa" privilegia o Sistema da Dívida também no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal, na medida em que limita o crescimento das despesas com

PEC 65/2023

autoriza compra de papel podre de bancos privados pelo Banco Central. E QUEM PAGARÁ A CONTA É O POVO!

Se o Banco Central comprar papéis podres de bancos (a exemplo dos emitidos pelo Banco Master), ele vai apurar prejuízos bilionários, que serão transferidos para o Tesouro Nacional, ou seja, PARA O POVO PAGAR de várias formas, por exemplo:

- por meio do aumento da dívida pública;
- aprofundamento dos cortes de investimentos sociais, como saúde e educação, e demais restrições do arcabouço fiscal;
- mais contrarreformas que retiram e adiam direitos sociais;
- privatizações do nosso patrimônio público.



Você está sendo roubado para que fraudes de bancos sejam acobertadas.

A PEC 65/2023 pretende transformar o Banco Central em instituição intocável

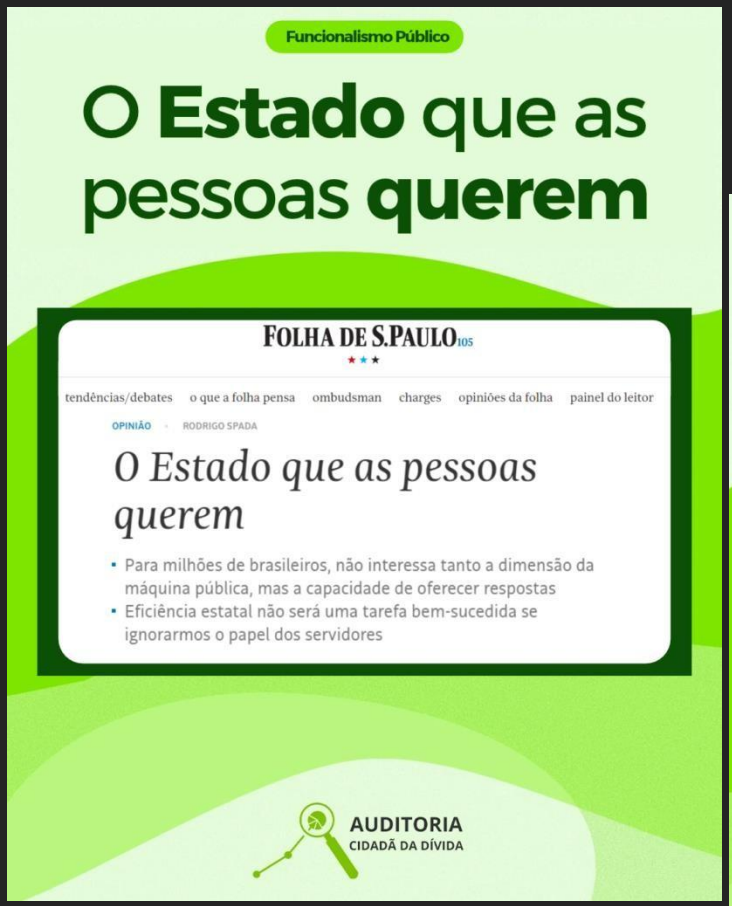
A absurda proposta de emenda constitucional (PEC) 65/2023 quer alterar a Constituição Federal para tornar o **Banco Central INTOCÁVEL**, ou seja, nenhum dos poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário ou Ministério Público) poderá questionar suas decisões ou exercer qualquer tipo de controle ou supervisão. O Banco Central ficará entregue, de vez, ao mercado financeiro e a serviço de bancos nacionais e estrangeiros.

O golpe já foi tentado antes

Há anos o Banco Central vem tentando adquirir papéis podres de bancos. Logo que decretada a pandemia da Covid-19 no Brasil, o Banco Central liberou pacote de alguns trilhões de reais em medidas de liquidez, de crédito e outras e, adicionalmente, incluiu na proposta de emenda constitucional (PEC) 10/2020 um dispositivo que permitia a aquisição de ativos privados problemáticos, isto é, papéis podres em poder de bancos, tendo o então presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, declarado que o volume desses ativos somava R$ 972,9 bilhões! Mas o golpe alcançaria vários trilhões, como noticiado à época. Na ocasião, apesar daquela PEC ter sido aprovada e transformada em Emenda Constitucional 106/2020, o mercado financeiro não conseguiu emplacar o golpe, diante da grande mobilização que revelou o escândalo por meio de várias atividades, inclusive o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6417).


Ativos privados que BC pode comprar caso PEC seja aprovada somam R$ 972,9 bilhões

É HORA DE ENFRENTAR O SISTEMA DA DÍVIDA E COLOCAR OS RECURSOS PÚBLICOS A SERVIÇO DA POPULAÇÃO!







ACD prepara “Carta Aberta a Lula” e novo “Folheto” para parlamentares



- Superávit primário não controla a trajetória da dívida e é de fato uma “babaquice” como afirmou Lula
- O problema está nos mecanismos do Sistema da Dívida: juros sobre juros exorbitantes, Bolsa-Banqueiro, entre outros;
- Há recursos de sobra para investir: temos mais de R$ 5 trilhões em caixa
- Limite de juros em lei: apoiar a aprovação do PLP 104/2022, iniciativa popular que propõe combater os juros abusivos que prejudicam famílias, empresas, indústria e contas públicas;
- Auditoria da dívida com participação popular: cumprir a Constituição Federal, investigar os mecanismos que alimentam o Sistema da Dívida.

https://auditoriacidada.org.br/conteudo/acd-prepara-carta-aberta-a-lula-e-novo-folheto-para-parlamentares/

CARTA ABERTA AO PRESIDENTE LULA

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

CARTA ABERTA AO PRESIDENTE LULA

Senhor Presidente,

Em nome de todo o coletivo da Auditoria Cidadã da Dívida[i], saudamos Vossa Excelência, expressando os nossos parabéns pela eleição para o seu quarto mandato presidencial e, principalmente, por sua percepção acerca de um dos maiores erros do modelo econômico aplicado no Brasil, quando afirmou que "***É preciso parar com essa babaquice de fazer superávit***"[ii].

De fato, a produção de superávit primário é uma política econômica extremamente nociva, pois impede a destinação de recursos para o atendimento das necessidades sociais e a devida manutenção da estrutura do Estado. Adicionalmente, impede a alocação de recursos em investimentos que poderiam alavancar o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental, tendo em vista que os montantes gastos em investimentos também são considerados no cálculo do superávit. Dessa forma, todas as políticas públicas são sacrificadas para que sobrem mais recursos para os vultosos gastos com juros e amortizações da chamada dívida pública, que sequer possui contrapartida em investimentos no Brasil, como já afirmou o Tribunal de Contas da União[iii], e funciona como o que denominamos Sistema da Dívida[iv]. Não é por acaso que países que têm conseguido avançar e desenvolver de forma considerável, a exemplo da China, zombam dos ajustes fiscais[v].

Ademais, a história já demonstrou a ineficácia da produção de superávits primários para controlar o crescimento da chamada dívida pública: no período de 1995 a 2015, produzimos R$ 1 trilhão de superávit primário, e, no mesmo período, a dívida interna federal explodiu, passando de R$ 86 bilhões em 1995 para R$ 4 Trilhões em 2015, o que demonstra que todo sacrifício social e econômico enfrentado para produzir aquele trilhão de reais de superávit primário não serviu para controlar a explosão do endividamento público[vi].

O crescimento exponencial da dívida pública tem decorrido de outros fatores, sobressaindo-se a aplicação dos juros exorbitantes praticados no Brasil, os mais elevados do mundo[vii], além de mecanismos financeiros abusivos, como a Bolsa-Banqueiro, a contabilização de juros como se fosse amortização, as diversas transformações de dívidas privadas em dívida pública, entre outros, que não sofrem qualquer limite, controle ou auditoria, pelo contrário, são privilegiados pela política de superávit primário.

Quanto mais a dívida pública cresce por conta desses mecanismos financeiros abusivos, mais a grande mídia, os setores subservientes aos ditames do mercado financeiro e os que se beneficiam desses privilégios financeiros pressionam pelo aprofundamento do superávit primário, propondo, reiteradamente, o mesmo receituário: mais cortes nos investimentos sociais; mais aprofundamento do arcabouço fiscal; mais privatizações insanas, e mais contrarreformas da Previdência e Administrativa (a exemplo da PEC 38 que tramita no Congresso Nacional). A justificativa para todas essas medidas maléficas para a sociedade e para o país tem sido a falsa necessidade de "equilibrar as contas" e produzir superávit primário para que sobre mais dinheiro ainda para o Sistema da Dívida.

Ainda bem que Vossa Excelência já percebeu que essa política fiscal é uma "babaquice", como comprovam os dados e a experiência histórica, e afirmou, em seu discurso de vitória[viii] na Avenida Paulista, no dia 25/10/2026, que **"(...)** ***esse meu 4º mandato será o melhor mandato que um presidente já fez na história desse país, (...) esse mandato vai ser o mandato em que eu mais ouvirei o povo brasileiro sobre o que ele quer que faça neste país."***

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília-DF – CEP: 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
Telefone (61) 98581-2561- E-mail: contato@auditoriacidada.org.br, www.auditoriacidada.org.br

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Nesse sentido, todos nós da Auditoria Cidadã da Dívida concordamos que é possível fazer um excelente mandato, tendo em vista as imensas potencialidades existentes em nosso país e o imenso volume de dinheiro em caixa: só na Conta Única do Tesouro[ix] existem quase R$ 2 trilhões disponíveis, além dos outros mais de R$ 3 trilhões represados em Reservas Internacionais e no caixa do Banco Central, remunerando diariamente a sobra de caixa dos bancos, em vez de circular e dinamizar a economia e a produção de emprego e renda.

Todos nós da Auditoria Cidadã da Dívida pedimos para sermos ouvidos por Vossa Excelência, pois temos muito a contribuir, de forma voluntária, colocando todo o nosso conhecimento acumulado ao longo de décadas à disposição do enfrentamento do Sistema da Dívida, para que os recursos que têm sido sangrados para alimentar esse sistema (mais de 40% do orçamento federal anualmente[x]) se revertam em investimentos produtivos e de interesse da maioria do povo brasileiro que o elegeu.

A ferramenta hábil para comprovar os desvios perpetrados pelo Sistema da Dívida é a auditoria, que se encontra prevista em nossa Constituição Federal desde 1988, ainda não cumprida. Consideramos urgente a realização da auditoria da dívida, de forma integral e com participação social, garantindo toda transparência nas investigações, a fim de que Vossa Excelência tenha todo respaldo para rever as políticas nocivas, como a "*babaquice*" do superávit primário, que está inserido no Arcabouço Fiscal, entre outras. O ex-presidente do Brasil, Getúlio Vargas, e o presidente Rafael Correa, do Equador[xi], já comprovaram a eficácia da auditoria da dívida e constituem exemplos históricos irrefutáveis.

Consideramos urgente também que Vossa Excelência avance no combate à usura que tem imperado no Brasil, mediante apoio ao projeto de lei complementar PLP 104/2022, nascido da iniciativa popular. Os juros abusivos têm exterminado a nossa indústria e empresas de todos os ramos; prejudicado as contas públicas com a explosão da dívida pública de forma exponencial, além de levar a maioria do povo brasileiro ao desespero, tendo em vista que mais de 80% da população está endividada, pagando juros sobre juros de forma exorbitante. Cerca de 80 (oitenta) países mundo afora praticam limite de juros em lei; não há justificativa para permitir a continuidade da farra de banqueiros e a criminosa prática de usura no Brasil.

A presente carta é uma resposta à manifestação de Vossa Excelência no dia que o povo lhe concedeu mais um mandato à frente da Presidência da República. Afirmamos, em resumo, que o **Brasil precisa enfrentar o Sistema da Dívida, interromper os mecanismos que consomem o orçamento público com juros exorbitantes sobre uma chamada dívida estéril, que nunca foi auditada, e passar a colocar os abundantes recursos públicos existentes a serviço da população e do nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental.**

Conte conosco para isso, Presidente!

Maria Lucia Fattorelli
Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

---

[i] https://auditoriacidada.org.br/quem-somos/
[ii] https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/09/12/para-o-governo-investir-e-preciso-parar-com-essa-babaquice-de-fazer-superavit-diz-lula.ghtml
[iii] https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/
[iv] https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-que-e-o-sistema-da-divida/
[v] https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/a-china-zomba-dos-ajustes-fiscais/
[vi] https://auditoriacidada.org.br/conteudo/para-que-tem-servido-a-divida-publica-no-brasil-por-maria-lucia-fattorelli/
[vii] https://clubedospoupadores.com/ranking-juros-reais#google_vignette
[viii] https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/leia-e-assista-a-integra-do-discurso-de-lula-na-avenida-paulista/
[ix] https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202610_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx
[x] https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grafico-do-orcamento-federal-executado-2025/
[xi] https://auditoriacidada.org.br/categoria-conteudo/equador/

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília-DF – CEP: 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
Telefone (61) 98581-2561- E-mail: contato@auditoriacidada.org.br, www.auditoriacidada.org.br

FOLHETO PARA PARLAMENTARES

O Sistema da Dívida amarra o Brasil
É preciso auditar a dívida, limitar os juros e colocar os recursos públicos a serviço da população

- A dívida pública cresce por causa do Sistema da Dívida e da atuação de mecanismos financeiros que privilegiam o setor financeiro, principalmente os juros sobre juros exorbitantes, que consomem a maior fatia do orçamento público federal todo ano. É urgente aprovar o PLP 104/2022 para limitar os juros no Brasil.
- Não temos uma dívida propriamente dita, mas sim um Sistema da Dívida: ausência de contrapartida em investimentos e atuação de mecanismos que operam para transferir a renda e a riqueza nacional para rentistas e, adicionalmente, impor um modelo econômico produtor de escassez, com ajustes fiscais, teto para investimos sociais, contrarreformas e privatizações. Auditar essa "dívida" é urgente.
- "Superávit Primário não serve para controlar o Sistema da Dívida.
- Não precisamos de mais contrarreforma da Previdência.
- A PEC 38/2025 não é reforma administrativa; é desmonte!

NECESSIDADE DE LIMITAR OS JUROS EM LEI

BANCO CENTRAL MANTEVE A SELIC EM 13,75%

- Juros exorbitantes: manutenção da Selic em patamar extremamente elevado, agravando o endividamento das famílias e empresas, restringindo investimentos e empregos e contribuindo para a explosão da dívida pública;
- Impacto no desenvolvimento: juros elevados encarecem o crédito, desestimulam investimentos produtivos e comprometem o desenvolvimento socioeconômico do país;
- Prioridade ao Sistema da Dívida: enquanto faltam recursos para políticas públicas e direitos sociais, trilhões de reais são destinados ao pagamento de juros da dívida pública;
- Concentração de renda: a política monetária baseada em juros excessivos aprofunda o Sistema da Dívida e favorece a transferência de renda e riqueza os rentistas.

BANCO CENTRAL: PRINCIPAL RESPONSÁVEL

Taxa básica de juros Selic foi mantida ontem em 13,75% a.a.

DE QUE ADIANTA CORTAR GASTOS SOCIAIS SE O ROMBO ESTÁ NOS JUROS?



O Brasil pratica a taxa básica de juros reais mais elevada do mundo:

Zona do Euro... - **1,3**% a.a.

EUA ..... **0,29**% a.a.

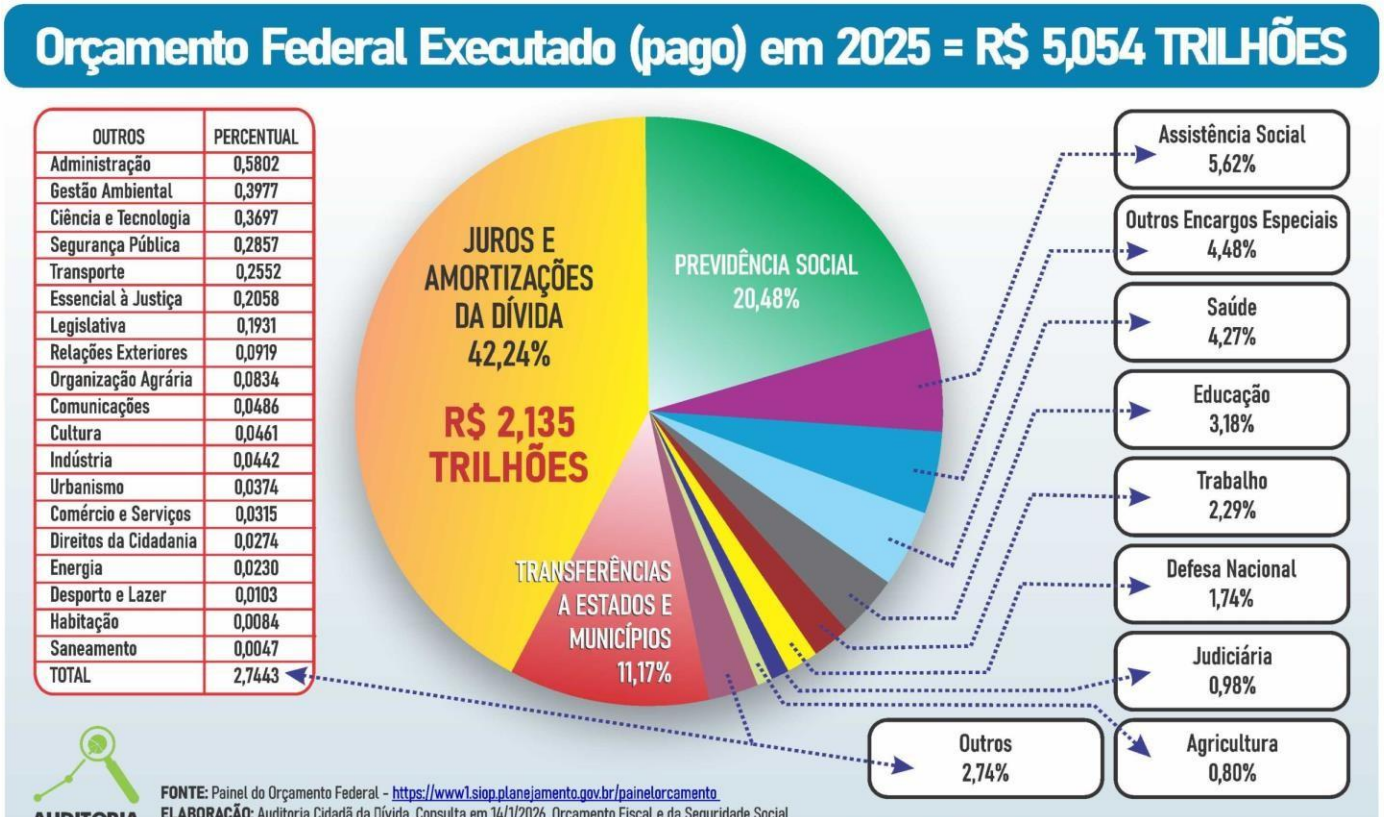
Japão ..... **– 0,83**% a.a.

BRASIL ..... **8,77% a.a.**

Fonte: https://clubedospoupadores.com/ranking-juros-reais

https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202610_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

POR TRÁS DO ARCABOUÇO FISCAL, DAS CONTRARREFORMAS E DOS JUROS ALTOS ESTÁ O SISTEMA DA DÍVIDA



OUTROS	PERCENTUAL
Administração	0,5802
Gestão Ambiental	0,3977
Ciência e Tecnologia	0,3697
Segurança Pública	0,2857
Transporte	0,2552
Essencial à Justiça	0,2058
Legislativa	0,1931
Relações Exteriores	0,0919
Organização Agrária	0,0834
Comunicações	0,0486
Cultura	0,0461
Indústria	0,0442
Urbanismo	0,0374
Comércio e Serviços	0,0315
Direitos da Cidadania	0,0274
Energia	0,0230
Desporto e Lazer	0,0103
Habitação	0,0084
Saneamento	0,0047
TOTAL	2,7443

https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grafico-do-orcamento-federal-executado-2025/

Gráfico da ACD é alvo de crítica de liberais, mas recente notícia do ICL sobre o Banco Master escancarou envolvimento de economista que atacou a ACD



- Relação entre Paulo Gala e o escândalo do banco Master;
- Gala recebeu orientações para defender a segurança dos CDBs do Master e enfatizou a expansão e os resultados positivos do banco.
- Gala criticou o gráfico elaborado pela ACD, acusando-nos de cometer "erros", e classificou a auditoria como algo inútil.
- As revelações reforçam a importância de questionar os interesses por trás das críticas à auditoria da dívida.

O ARCABOUÇO FISCAL IMPEDE A UTILIZAÇÃO DE TRILHÕES DE REAIS QUE ESTÃO NO CAIXA DO GOVERNO

- Chegamos a **mais de R$ 5 TRILHÕES** em caixa em 30/9/2026:
  - **R$ 1,849 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional
  - **R$ 1,601 TRILHÃO** no caixa do Banco Central
    (Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados – "Bolsa Banqueiro")
  - **R$ 1,880 TRILHÃO** em Reservas Internacionais

Tudo reservado para o Sistema da Dívida

Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202602_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx
(Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

Campanhas “É hora de virar o jogo” ,“Pelo Limite dos juros no Brasil” e “Campanha Nacional por Direitos Sociais” impulsionam a divulgação das lutas sociais



https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/



https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/



https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

"SISTEMA DA DÍVIDA"

https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-que-e-o-sistema-da-divida/

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU https://bit.ly/2NTPlJo
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- Ver vídeo 17 https://bit.ly/2YE5R2S

TCU CONFIRMOU QUE A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NÃO TEM CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTOS

Destinação de recursos para investimentos

VIA ORÇAMENTO

- No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)

VIA BNDES

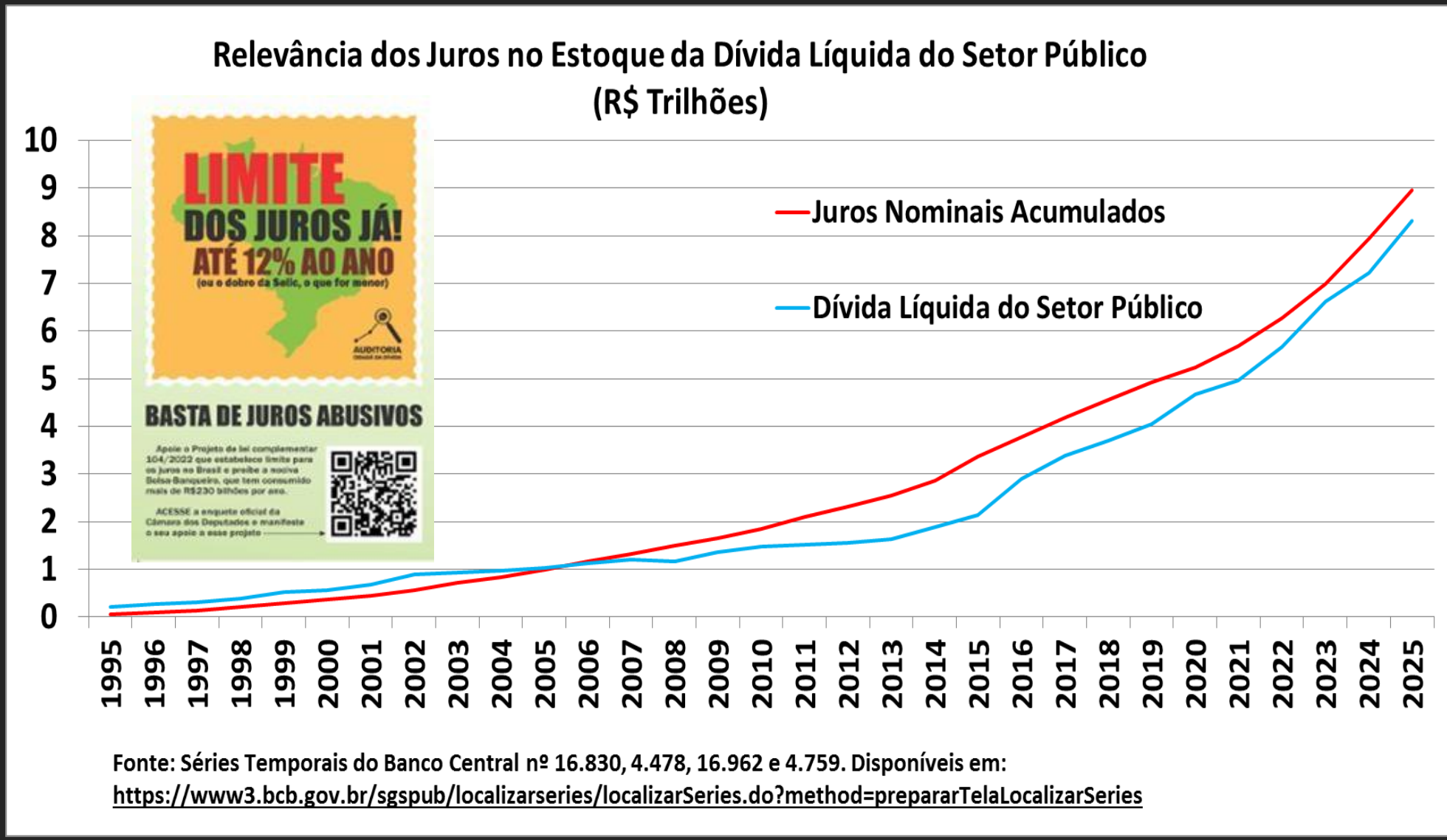
Países	Valor Liberado Até Agosto/2017
Brasil	**449.925.787.081,14**
Argentina	1.212.460.250,20
Angola	1.006.233.901,59
Estados Unidos	654.378.246,44
Venezuela	236.143.356,22
Chile	230.233.940,40
República Dominicana	201.679.496,00
Canadá	56.887.934,21
Equador	40.945.584,10
Uruguai	5.648.435,33
Cuba	2.538.069,09
Peru	75.472,99
México	398.327,29
Índia	265.374,00
Diversos Países	2.307.319.588,72
Total	**455.881.695.057,72**

TCU

Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/

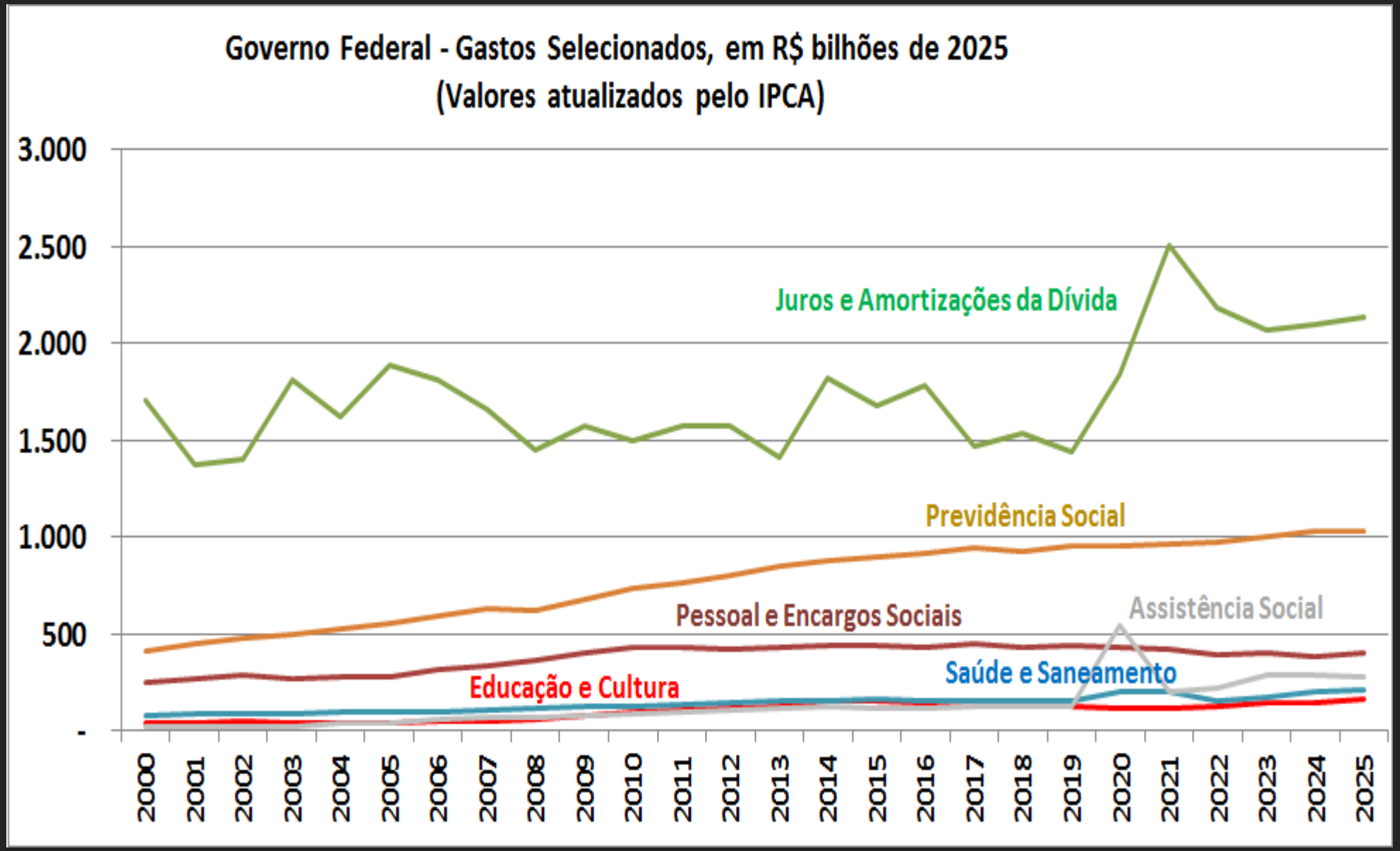
https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/

JUROS ALTOS SÃO O PRINCIPAL FATOR RESPONSÁVEL PELO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA PÚBLICA



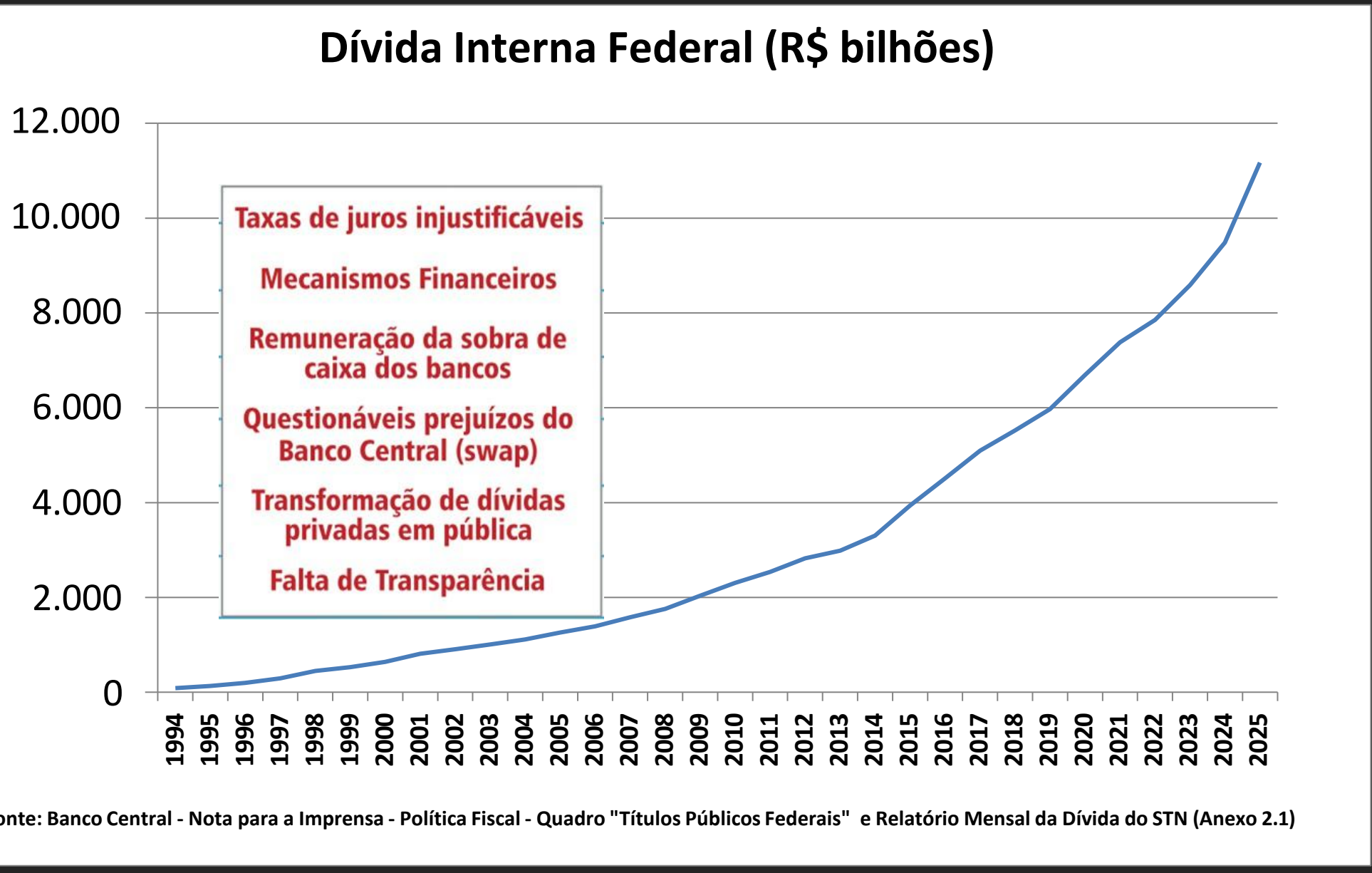
Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:
https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries

ONDE ESTÁ O VERDADEIRO ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ???



Fonte: Painel do Orçamento Federal - https://www1.siop.planejamento.gov.br/painelorcamento

A EXPLOSÃO DA DÍVIDA INTERNA



Fonte: Banco Central - Nota para a Imprensa - Política Fiscal - Quadro "Títulos Públicos Federais" e Relatório Mensal da Dívida do STN (Anexo 2.1)

A ELEVADA DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO UTILIZADA COMO JUSTIFICATIVA PARA:

- Destinar a maior parcela do orçamento ao pagamento de juros e demais gastos com o Sistema da Dívida;
- Impor sucessivas contrarreformas, como as reformas da Previdência e a PEC 38/2025 ("Reforma Administrativa");
- Restringir investimentos sociais por meio do teto de gastos (EC 95/2016) e do Arcabouço Fiscal (LC 200/2023);
- Limitar recursos para saúde, educação, assistência social, meio ambiente e demais políticas públicas;
- Privatizar patrimônio público estratégico e reduzir a atuação do Estado.

Tudo isso para sustentar uma dívida pública sem contrapartida comprovada em investimentos para o país

Atuação de Mecanismos fraudulentos

A chamada "securitização de créditos públicos" tem se tornado um modelo de negócios, mediante o qual o mercado se apodera de recursos públicos antes mesmo que tais recursos alcancem os cofres públicos. Os recursos públicos são desviados durante o seu percurso pela rede bancária, tal como acontece em um empréstimo consignado, e não são sequer contabilizados no orçamento público.

- TRIBUTOS (CPSEC S/A, PBH ATIVOS S/A)
- ROYALTIES (RioPrevidência https://bit.ly/3u0H08u)
- RECEITAS COMERCIAIS (Nióbio em MG https://bit.ly/3tbVh35)



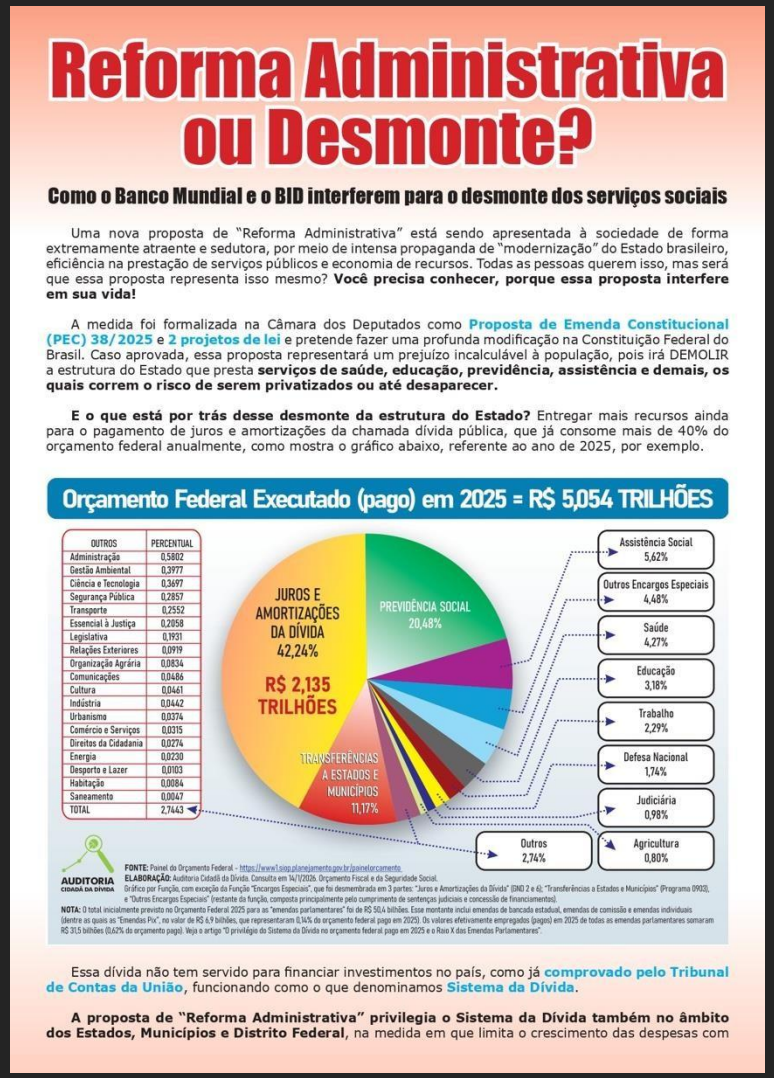
10 DE DEZEMBRO, 2020

"SECURITIZAÇÃO – Consignado turbinado de Recursos Públicos ", por Maria Lucia Fattorelli

https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/

2 - PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL (PEC) 38/2025 - “Reforma Administrativa”

PEC 38/2025: É PRECISO BARRAR A CONTRARREFORMA ADMINISTRATIVA!



Reforma Administrativa ou Desmonte?

Como o Banco Mundial e o BID interferem para o desmonte dos serviços sociais

Uma nova proposta de "Reforma Administrativa" está sendo apresentada à sociedade de forma extremamente atraente e sedutora, por meio de intensa propaganda de "modernização" do Estado brasileiro, eficiência na prestação de serviços públicos e economia de recursos. Todas as pessoas querem isso, mas será que essa proposta representa isso mesmo? **Você precisa conhecer, porque essa proposta interfere em sua vida!**

A medida foi formalizada na Câmara dos Deputados como **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 38/2025** e **2 projetos de lei** e pretende fazer uma profunda modificação na Constituição Federal do Brasil. Caso aprovada, essa proposta representará um prejuízo incalculável à população, pois irá DEMOLIR a estrutura do Estado que presta **serviços de saúde, educação, previdência, assistência e demais, os quais correm o risco de serem privatizados ou até desaparecer.**

E o que está por trás desse desmonte da estrutura do Estado? Entregar mais recursos ainda para o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, que já consome mais de 40% do orçamento federal anualmente, como mostra o gráfico abaixo, referente ao ano de 2025, por exemplo.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R$ 5,054 TRILHÕES

OUTROS	PERCENTUAL
Administração	0,5802
Gestão Ambiental	0,3977
Ciência e Tecnologia	0,3697
Segurança Pública	0,2857
Transporte	0,2552
Essencial à Justiça	0,2058
Legislativa	0,1931
Relações Exteriores	0,0919
Organização Agrária	0,0834
Comunicações	0,0486
Cultura	0,0461
Indústria	0,0442
Urbanismo	0,0374
Comércio e Serviços	0,0315
Direitos da Cidadania	0,0274
Energia	0,0230
Desporto e Lazer	0,0103
Habitação	0,0084
Saneamento	0,0047
TOTAL	2,7443

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

FONTE: Painel do Orçamento Federal - https://www1.siop.planejamento.gov.br/painelorcamento

ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/1/2026. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamentos).

NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R$ 50,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentre as quais as "Emendas Pix", no valor de R$ 6,9 bilhões, que representaram 0,14% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Raio X das Emendas Parlamentares".

Essa dívida não tem servido para financiar investimentos no país, como já **comprovado pelo Tribunal de Contas da União**, funcionando como o que denominamos **Sistema da Dívida**.

A proposta de "Reforma Administrativa" privilegia o Sistema da Dívida também no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal, na medida em que limita o crescimento das despesas com

- ENFRAQUECIMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO: maior pressão por metas e avaliações de desempenho, com riscos à estabilidade, à autonomia profissional e à continuidade das políticas públicas;
- PREJUÍZO À POPULAÇÃO E AOS DIREITOS SOCIAIS: fragilização dos serviços públicos, abrindo espaço para terceirizações, contratações temporárias e privatizações, com impactos na saúde, educação e assistência social.
- A PEC 38/2025 NÃO MODERNIZA: APROFUNDA O DESMONTE DO ESTADO E PREJUDICA TODA A POPULAÇÃO!

https://auditoriacidada.org.br/conteudo/folheto-reforma-administrativa-ou-desmonte/

PEC 38/2025 “Reforma Administrativa” Agenda importada, alinhada aos interesses do Banco Mundial e do BID



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/fattorelli-alerta-para-riscos-ao-futuro-do-funcionalismo-e-debate-impactos-da-divida-publica-sobre-o-servico-publico-e-a-aposentadoria/

RISCO DE VOTAÇÃO LOGO APÓS AS ELEIÇÕES

- A Auditoria Cidadã da Dívida segue ampliando a mobilização nacional contra a PEC 38/2025.
- Folheto "Reforma Administrativa ou Desmonte?"
- Produção de artigos e entrevistas.
- Divulgação da ferramenta de envio de cartas com apenas 1 clique.

REFORMA ADMINISTRATIVA – Principais riscos para o Estado e os direitos sociais

- Desmonte dos serviços públicos de saúde, educação, previdência, assistência social e segurança.
- Ampliação da privatização, terceirização e precarização dos serviços públicos.
- Enfraquecimento da estabilidade dos servidores públicos.
- Ampliação das possibilidades de demissão por "insuficiência de desempenho".
- Fragilização dos concursos públicos e ampliação das contratações pela CLT.
- Limitação de gastos com pessoal e enfraquecimento da capacidade do Estado.
- Centralização de competências na União, com prejuízo ao pacto federativo.
- Influência de organismos internacionais, como BID e Banco Mundial, na formulação da proposta.

PRS 8/2025 aprofunda o Arcabouço Fiscal com gatilho automático, mas livra Bolsa-Banqueiro

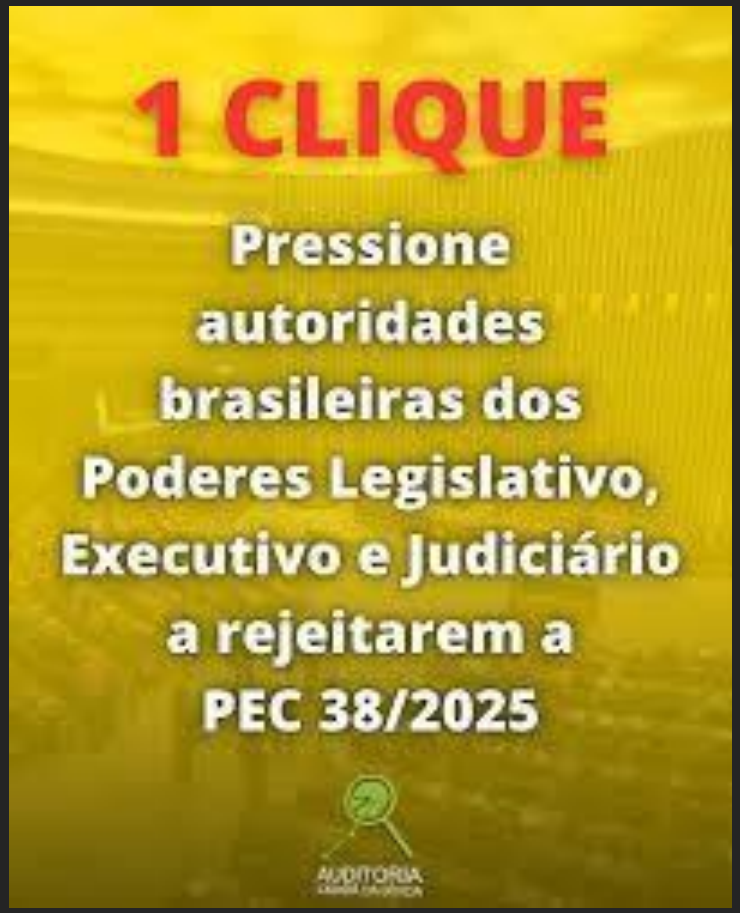


https://auditoriacidada.org.br/bolsa-banqueiro-nao-2/

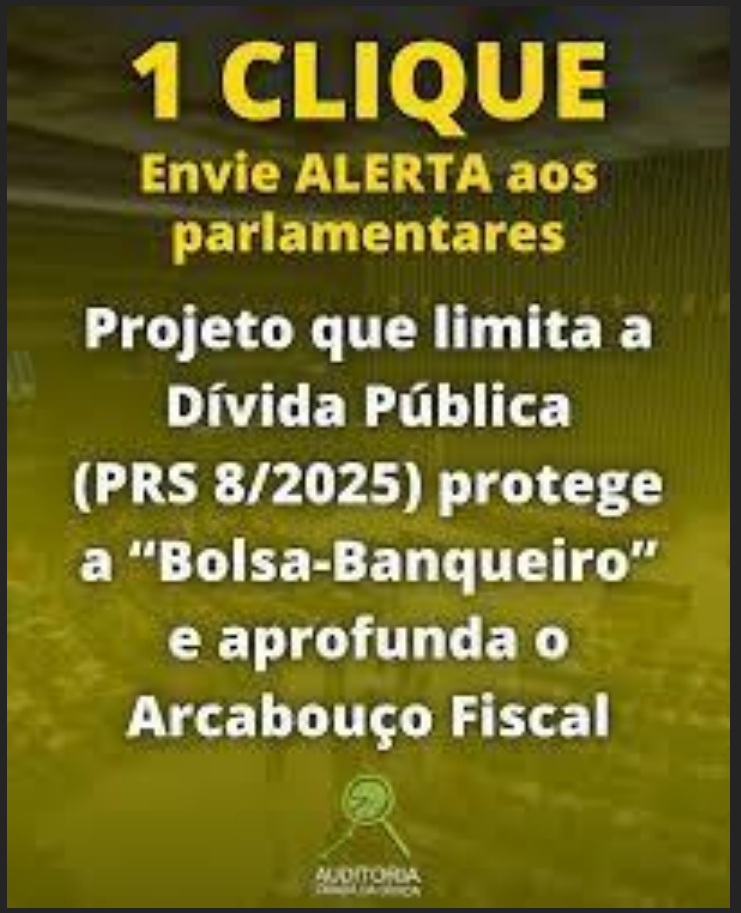
Projeto de Resolução do Senado 8/2025 estabelece limite para a dívida pública (deixando de computar os títulos públicos usados para remunerar a Bolsa-Banqueiro) **e cria gatilho automático, caso a dívida atinja o limite estabelecido:**

... vedações a reajustes, criação de cargo, emprego ou função, planos de carreira, admissão ou contratação de pessoal, realização de concurso público, revisão de auxílios ou benefícios de qualquer natureza.

Com 1 clique pressione autoridades brasileiras dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário a rejeitarem a PEC 38/2025 e o PRS 8/2025



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-pressione-autoridades-brasileiras-dos-poderes-legislativo-executivo-e-judiciario-a-rejeitarem-a-pec-38-2025/



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-envie-alerta-aos-parlamentares-projeto-que-limita-a-divida-publica-prs-8-2025-protege-a-bolsa-banqueiro-e-aprofunda-o-arcabouco-fiscal/

3 - PEC 65/2023 e a transformação do Banco Central em instituição completamente desvinculada dos poderes institucionais, com possibilidade inclusive de adquirir papéis podres de bancos sem limite ou controle algum

PEC 65/2023
O MAIOR RISCO JÁ APRESENTADO PARA O BANCO CENTRAL

A PEC 65/2023 reinaugura a possibilidade de o Banco Central arrematar papel podre de bancos de forma sorrateira.

Inclui, ao artigo 164 da Constituição Federal, um §8º que diz:

"o Banco Central poderá utilizar seus instrumentos de intervenção para manter níveis adequados de liquidez e a funcionalidade dos mercados**, inclusive mediante negócios jurídicos com entidades e fundos que atuem no mercado secundário de títulos de emissão do Tesouro Nacional**, observados os parâmetros estabelecidos em lei."

Em 2020 em plena pandemia o mesmo golpe foi tentado na PEC 10/2020



SINDJUSRS

Filiado à FENAJUD

SINDJUS COMUNICAÇÃO COLETIVOS E GTS JURÍDICO TRANSPARÊNCIA CONVÊNIOS FILIE-SE! RECADASTRAMENTO

Auditoria Cidadã da Dívida denuncia que PEC 10 poderá desviar um trilhão de verbas públicas em favor dos bancos

POLÍTICA 28 de abril de 2020

Aprovada em plena pandemia, a medida não resultou na compra de papéis podres graças à intensa mobilização da ACD e da sociedade (lives, campanhas nas redes sociais, interpelações extrajudiciais, cartas aos ministros do STF e ADI 6417), conforme resposta do BC a pedido de informação apresentado pela ACD em 2025. Como a autorização era restrita ao período da pandemia, o ministro Dias Toffoli arquivou a ADI 6417 sem julgamento do mérito.

https://www.sindjus.com.br/auditoria-cidada-da-divida-denuncia-que-pec-10-podera-desviar-um-trilhao-de-verbas-publicas-em-favor-dos-bancos/10994/

PEC 65 TRANSFORMA O BANCO CENTRAL EM INSTITUIÇÃO COMPLETAMENTE DESVINCULADA DOS CONTROLES INSTITUCIONAIS

- BC poderá adquirir papéis podres de bancos em "negócios jurídicos", gerando prejuízos sem limites;
- Transferência de riscos privados bilionários para o povo, por meio da dívida pública;
- BC ficará imune, desvinculado de todos os poderes instituídos, e não terá que prestar contas ou se submeter a nenhum dos poderes, ou seja, ficará acima de tudo e de todos!
- Nenhum outro país no mundo possui legislação similar;
- Proposta originada de interesses financeiros privados internacionais, a mando do BIS e do FMI.

É urgente impedir sua aprovação.

RISCOS DA PEC 65/2023 PARA O CORPO TÉCNICO DO BANCO CENTRAL

- Fragiliza a autonomia técnica e o regime estatutário;
- Concentra poderes na Diretoria Colegiada;
- Amplia a possibilidade de pressões políticas e econômicas sobre o corpo técnico;
- Enfraquece a governança interna e os mecanismos de controle;
- Reduz a transparência e os freios e contrapesos institucionais;
- Foi rejeitada pela maioria dos servidores consultados pelo Sinal.

Esquema de dirigentes do Banco Central com o Master serve de alerta contra a PEC 65/2023



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/reportagem-que-revela-esquema-de-dirigentes-do-bc-com-o-master-serve-de-alerta-para-a-pec-65-2023/

ACD preparou folheto contra a PEC 65/2023 e fez a distribuição no Congresso Nacional

PEC 65/2023

autoriza compra de papel podre de bancos privados pelo Banco Central. E QUEM PAGARÁ A CONTA É O POVO!

Se o Banco Central comprar papéis podres de bancos (a exemplo dos emitidos pelo Banco Master), ele vai apurar prejuízos bilionários, que serão transferidos para o Tesouro Nacional, ou seja, PARA O POVO PAGAR de várias formas, por exemplo:

- por meio do aumento da dívida pública;
- aprofundamento dos cortes de investimentos sociais, como saúde e educação, e demais restrições do arcabouço fiscal;
- mais contrarreformas que retiram e adiam direitos sociais;
- privatizações do nosso patrimônio público.



Você está sendo roubado para que fraudes de bancos sejam acobertadas.

A PEC 65/2023 pretende transformar o Banco Central em instituição intocável

A absurda proposta de emenda constitucional (PEC) 65/2023 quer alterar a Constituição Federal para tornar o **Banco Central INTOCÁVEL**, ou seja, nenhum dos poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário ou Ministério Público) poderá questionar suas decisões ou exercer qualquer tipo de controle ou supervisão. O Banco Central ficará entregue, de vez, ao mercado financeiro e a serviço de bancos nacionais e estrangeiros.

O golpe já foi tentado antes

Há anos o Banco Central vem tentando adquirir papéis podres de bancos. Logo que decretada a pandemia da Covid-19 no Brasil, o Banco Central liberou pacote de alguns trilhões de reais em medidas de liquidez, de crédito e outras e, adicionalmente, incluiu na proposta de emenda constitucional (PEC) 10/2020 um dispositivo que permitia a aquisição de ativos privados problemáticos, isto é, papéis podres em poder de bancos, tendo o então presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, declarado que o volume desses ativos somava R$ 972,9 bilhões! Mas o golpe alcançaria vários trilhões, como noticiado à época. Na ocasião, apesar daquela PEC ter sido aprovada e transformada em Emenda Constitucional 106/2020, o mercado financeiro não conseguiu emplacar o golpe, diante da grande mobilização que revelou o escândalo por meio de várias atividades, inclusive o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6417).



Ativos privados que BC pode comprar caso PEC seja aprovada somam R$ 972,9 bilhões

A PEC 65 restaura o GOLPE DE TRILHÕES

De forma sorrateira e sob a desculpa de "*manter níveis adequados de liquidez e a funcionalidade dos mercados*", a PEC 65 autoriza o Banco Central fazer "**negócios jurídicos**" com entidades e fundos que atuam no mercado financeiro.

Ao não especificar que negócios jurídicos seriam esses, a PEC 65 dá um verdadeiro cheque em branco para o Banco Central, podendo gerar um GOLPE DE TRILHÕES PARA O POVO PAGAR, tendo em vista que os seus prejuízos são transferidos para o Tesouro Nacional e pagos pelo Sistema da Dívida.

A PEC 65/2023 transforma o Banco Central em balcão de papéis podres de bancos

A PEC 65/2023 transforma o Banco Central em "*entidade pública de natureza especial*", desvinculada de qualquer órgão da Administração Pública, acima de qualquer controle institucional efetivo, ou seja, não terá que dar satisfações e **não poderá ser alvo de punição ou controle por qualquer poder constituído, ainda que adquira as dezenas de trilhões de papéis podres de bancos existente em suas respectivas carteiras há anos!**

A **PEC 65 pretende transformar o Banco Central em entidade desvinculada de todos os poderes, completamente autônoma e livre para atuar como bem entender, sem controle ou fiscalização por parte de qualquer órgão, e sem ter que dar satisfações acerca dos prejuízos bilionários que gera e transfere para o Tesouro Nacional**. A ausência de controle e regramento é tamanha, a ponto de o próprio Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) vir a público alertar para o risco de aprofundamento das crises: "*A autonomia do BC deve ser institucional, não um cheque em branco para ocupantes temporários.*"

A PEC 65 foi ditada por interesses do mercado financeiro, conforme textualmente citado em relatório apresentado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado: a proposta está "*em linha com os **Códigos de Transparência do FMI** e com as diretrizes de governança do **Banco de Compensações Internacionais (BIS)***", organismos que têm historicamente interferido em nossa soberania financeira e na geração de dívida pública sem qualquer contrapartida, tornando o rico Brasil um dos países mais injustos do mundo!

A independência já concedida ao Banco Central por meio da lei complementar 179/2021 tem que ser revogada e não aprofundada

O Banco Central já possui exacerbada autonomia em relação aos poderes constituídos, concedida pela Lei Complementar 179/2021, que também foi objeto de questionamento acerca de sua constitucionalidade junto ao STF (ADI 6696).

Essa autonomia tem viabilizado uma atuação cada vez mais perversa à economia produtiva, beneficiando somente a especulação, o aprofundamento da financeirização e o rentismo, com graves consequências econômicas e sociais.

Isso precisa ser revogado, mas a PEC 65 irá aprofundar a liberdade do Banco Central continuar provocando inúmeros danos à economia brasileira de diversas formas, por exemplo:

- Decisões sem fundamento técnico ou científico têm mantido a taxa básica de juros Selic em patamar exorbitante, amarrando a economia nacional;
- Sigilosos contratos de *swap*, uma verdadeira aposta, que garante a variação do dólar para privilegiados do setor financeiro e corporações ligadas ao grande agronegócio de exportação e mineração predatória;
- Prática de questionáveis mecanismos, como a Bolsa-Banqueiro, mediante a qual remunera diariamente a sobra de caixa dos bancos, pagando-lhes elevados juros sobre dinheiro que sequer pertence a eles, causando uma falsa escassez de moeda no mercado que leva à explosão dos juros e à quebra das indústrias e demais empresas, aumentando o desemprego e travando o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental, além de aumentar a chamada dívida pública em quase 3 trilhões de reais.

A PEC 65/2023 não corrige nada disso, pelo contrário, deixa o BC à vontade para continuar atuando em favor de interesses do mercado financeiro privado, em detrimento dos interesses nacionais e do povo brasileiro.

DIGA NÃO À PEC 65/2023!
O povo não pode pagar pela especulação e por fraudes de bancos privados.

Acesse aqui outros materiais e a versão em PDF desse folheto com links clicáveis

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

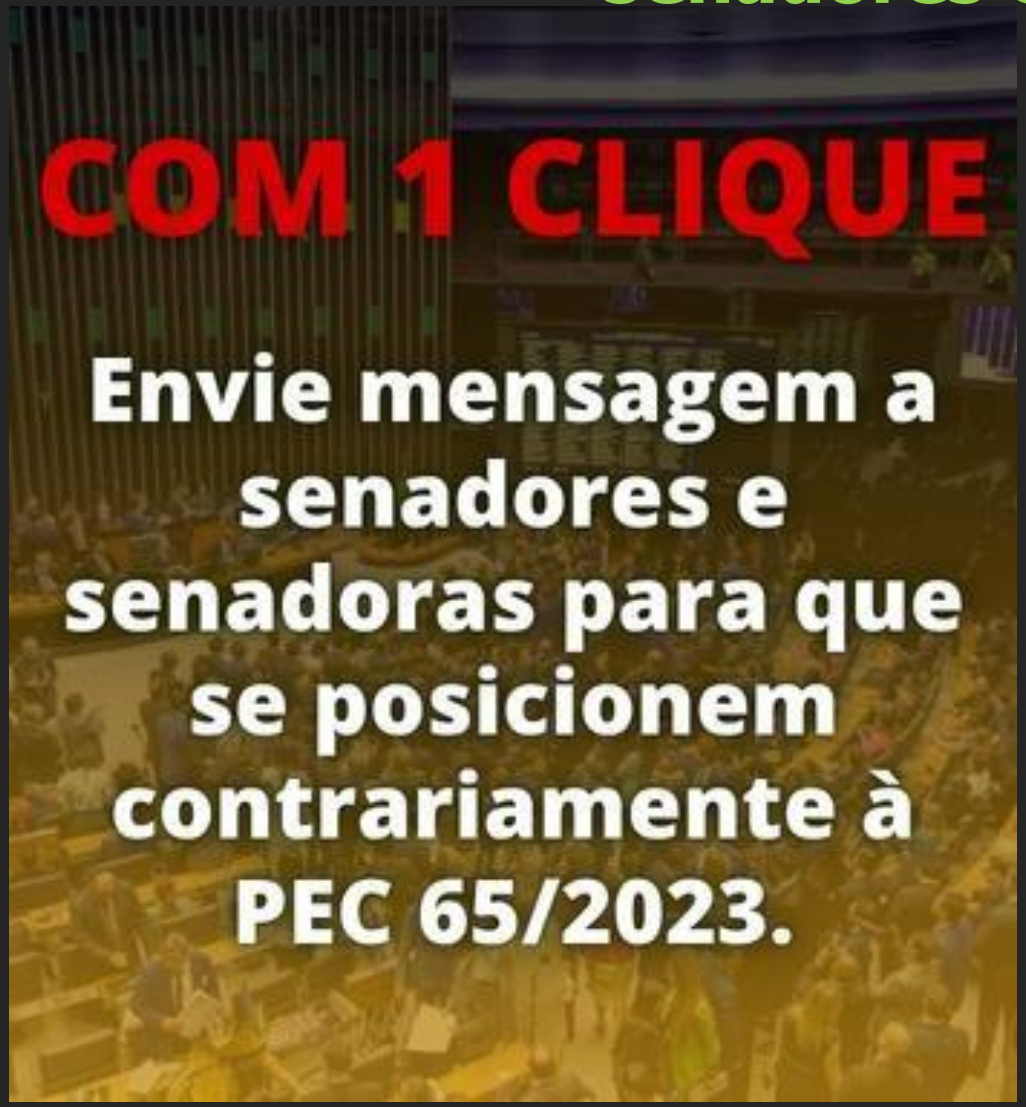
AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília/DF – CEP: 70070-939 – Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
- Telefone: (61) 61 98581-2561 • www.auditoriacidada.org.br
- E-mail: contato@auditoriacidada.org.br

Estamos também nas Redes Sociais: /AUDITORIACIDADAPAGINA /AUDITORIACIDADASBR /AUDITORIACIDADADIVIDA /AUDITORIACIDADA

JUNHO / 2026

Faça também a sua parte e envie com um clique o novo folheto sobre a PEC 65 aos senadores e senadoras




PEC 65/2023

autoriza compra de papel podre de bancos privados pelo Banco Central. E QUEM PAGARÁ A CONTA É O POVO!

Se o Banco Central comprar papéis podres de bancos (a exemplo dos emitidos pelo Banco Master), ele vai apurar prejuízos bilionários, que serão transferidos para o Tesouro Nacional, ou seja, PARA O POVO PAGAR de várias formas, por exemplo:

- por meio do aumento da dívida pública;
- aprofundamento dos cortes de investimentos sociais, como saúde e educação, e demais restrições do arcabouço fiscal;
- mais contrarreformas que retiram e adiam direitos sociais;
- privatizações do nosso patrimônio público.

Você está sendo roubado para que fraudes de bancos sejam acobertadas.

A PEC 65/2023 pretende transformar o Banco Central em instituição intocável

A absurda proposta de emenda constitucional (PEC) 65/2023 quer alterar a Constituição Federal para tornar o **Banco Central INTOCÁVEL**, ou seja, nenhum dos poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário ou Ministério Público) poderá questionar suas decisões ou exercer qualquer tipo de controle ou supervisão. O Banco Central ficará entregue, de vez, ao mercado financeiro e a serviço de bancos nacionais e estrangeiros.

O golpe já foi tentado antes

Há anos o Banco Central vem tentando adquirir papéis podres de bancos. Logo que decretada a pandemia da Covid-19 no Brasil, o Banco Central liberou pacote de alguns trilhões de reais em medidas de liquidez, de crédito e outras e, adicionalmente, incluiu na proposta de emenda constitucional (PEC) 10/2020 um dispositivo que permitia a aquisição de ativos privados problemáticos, isto é, papéis podres em poder de bancos, tendo o então presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, declarado que o volume desses ativos somava R$ 972,9 bilhões! Mas o golpe alcançaria vários trilhões, como noticiado à época. Na ocasião, apesar daquela PEC ter sido aprovada e transformada em Emenda Constitucional 106/2020, o mercado financeiro não conseguiu emplacar o golpe, diante da grande mobilização que revelou o escândalo por meio de várias atividades, inclusive o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6417).

Ativos privados que BC pode comprar caso PEC seja aprovada somam R$ 972,9 bilhões

https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-envie-mensagem-a-senadores-e-senadoras-para-que-se-posicionem-contrariamente-a-pec-65-2023/

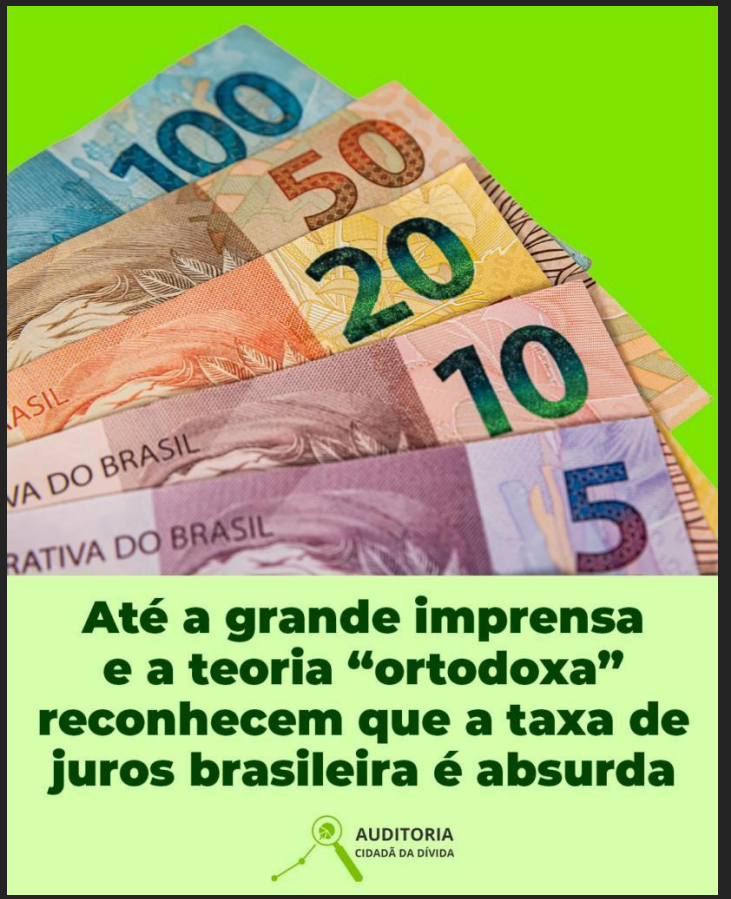
4 - CAMPANHA PELO LIMITE DE JUROS (PLP 104/2022) E FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

CAMPANHA PELO LIMITE DE JUROS (PLP 104/2022) E FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Até a grande imprensa e a teoria "ortodoxa" reconhecem que a taxa de juros brasileira é absurda.



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/jornalista-de-grande-popularidade-questiona-o-privilegio-dos-juros-e-divulga-o-grafico-da-acd/



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ate-a-grande-imprensa-e-a-teoria-ortodoxa-reconhecem-que-a-taxa-de-juros-brasileira-e-absurda/

Texto de André Lara Resende colocou a necessidade do limite dos juros em debate

Acuso o Banco Central de sustentar, em nome de uma teoria anacrônica, a taxa de juros que é a principal causa do desequilíbrio fiscal que diz combater.

Acuso a grande imprensa de repetir, sem exame, que o problema está no gasto primário, quando está nos juros.

Acuso os analistas do mercado financeiro de confundir o interesse dos rentistas com a racionalidade econômica.

E acuso todos os que, sabendo que juros absurdos inviabilizam o país, preferem o conforto do consenso ao incômodo da verdade.



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/lula-se-reune-com-andre-lara-resende-para-romper-a-ditadura-dos-juros-altos/ /

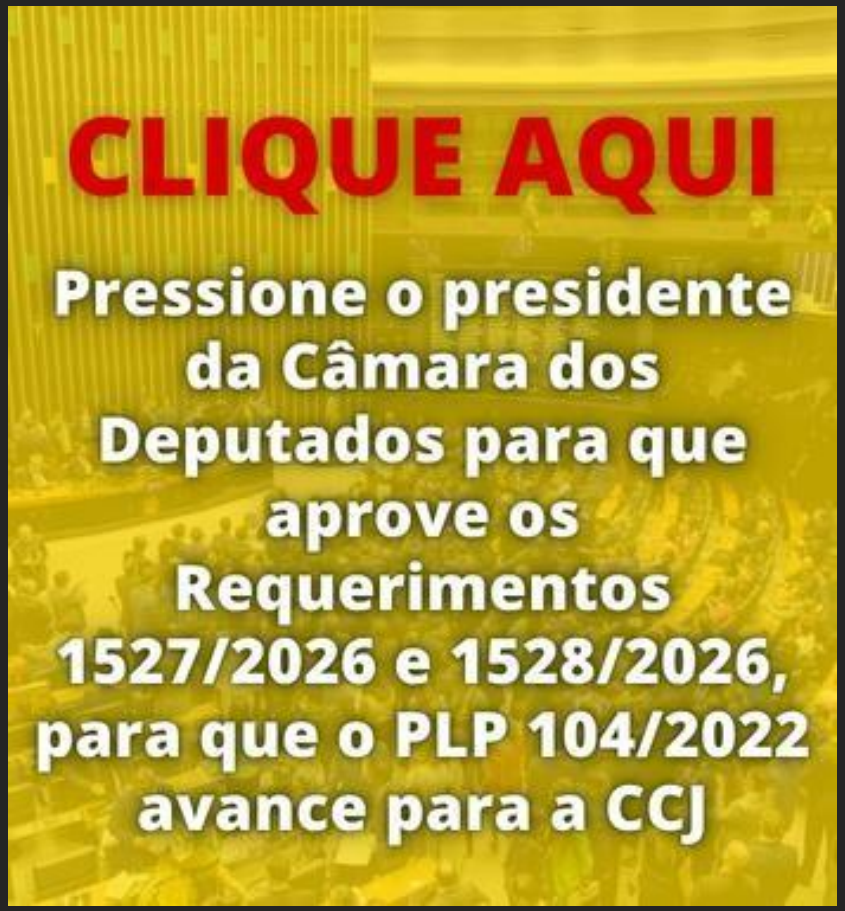
RENOMADO CIENTISTA BRASILEIRO CITA A ACD E COBRA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA



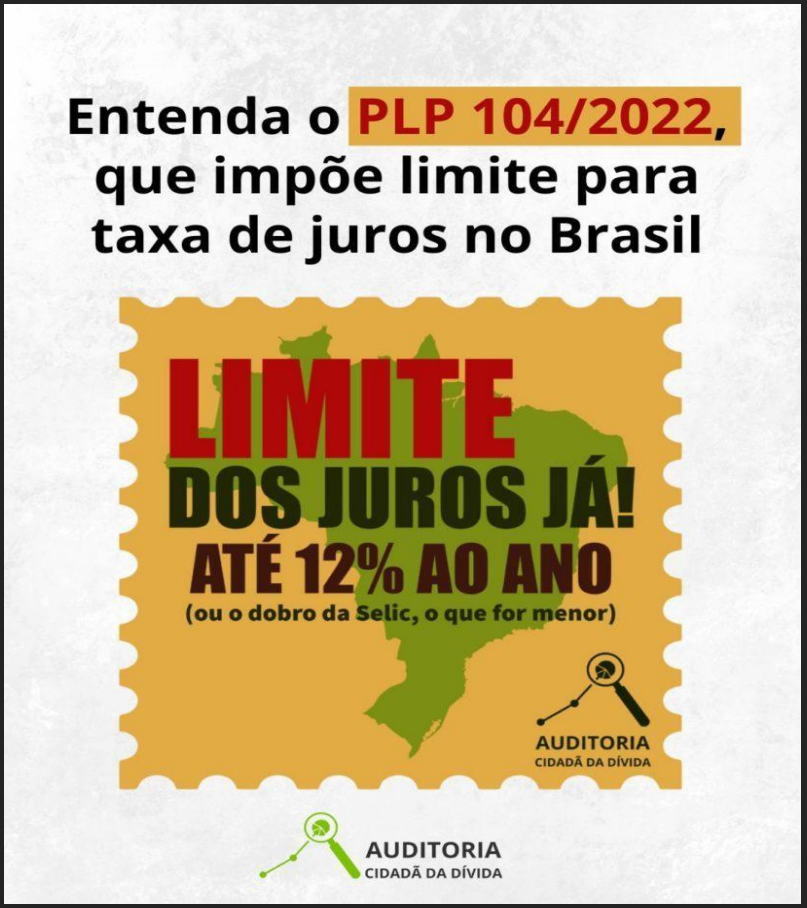
- O pagamento de juros inviabiliza o Brasil;
- Mais de 76 países mundo afora praticam limite de juros;
- Na Espanha o limite é 7,5% ao ano;
- Em Portugal é fixado em 15,7% ao ano;
- Na França, esse limite é de 14,96% ao ano.

https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-verdadeiro-problema-fiscal-do-brasil/

CAMPANHA PELO LIMITE DE JUROS (PLP 104/2022) E FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-pressione-o-presidente-da-camara-dos-deputados-para-que-aprove-os-requerimentos-e-o-plp-104-2022-avance-para-a-ccj/



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/entenda-o-plp-104-2022-que-impoe-limite-para-taxa-de-juros-no-brasil/

5 - CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA

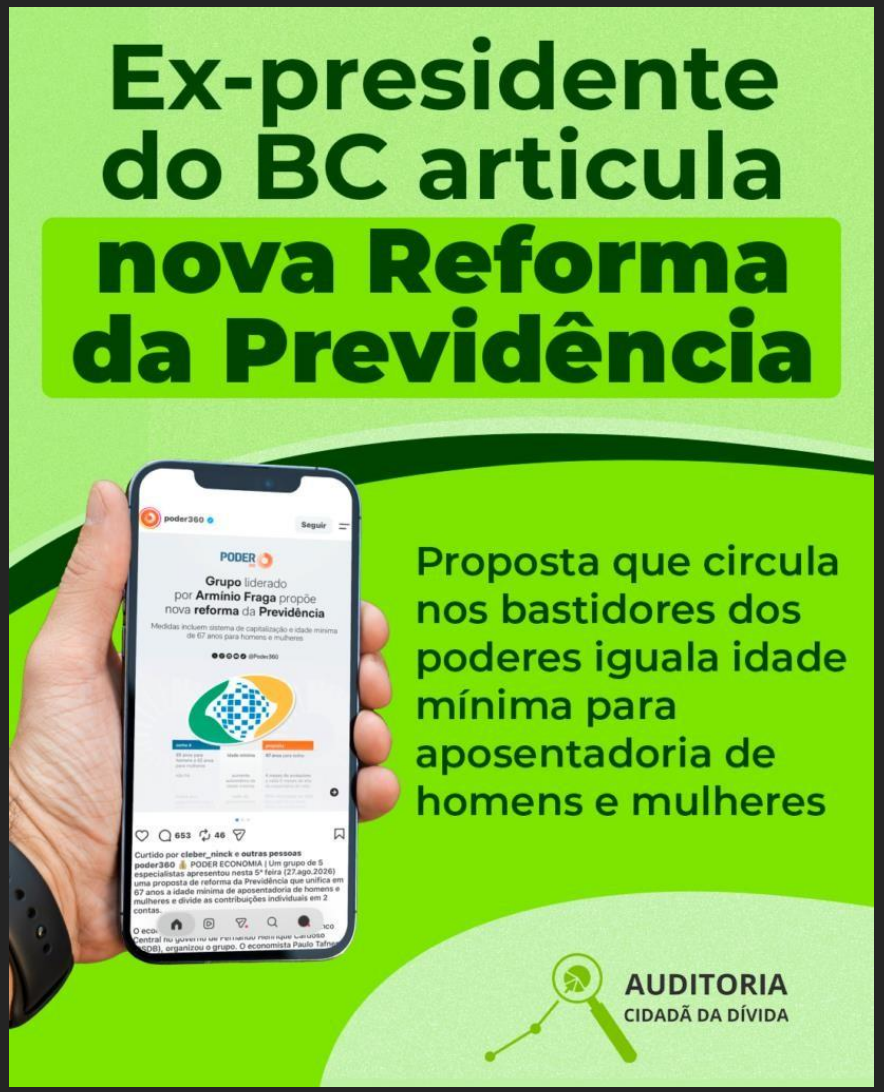
Nova reforma da Previdência já está engatilhada contra o povo brasileiro



- Aumento da idade para 67 anos tanto homens, quanto mulheres.
- Retirada de idosos que não contribuíram durante a vida do BPC (esses passariam a receber apenas 60% do valor do salário mínimo).
- Inserção da capitalização.
- Desindexar o reajuste do BPC do salário mínimo.
- Acabar com pensões de dependentes.

https://auditoriacidada.org.br/conteudo/nova-reforma-da-previdencia-ja-esta-engatilhada-contra-o-povo-brasileiro/

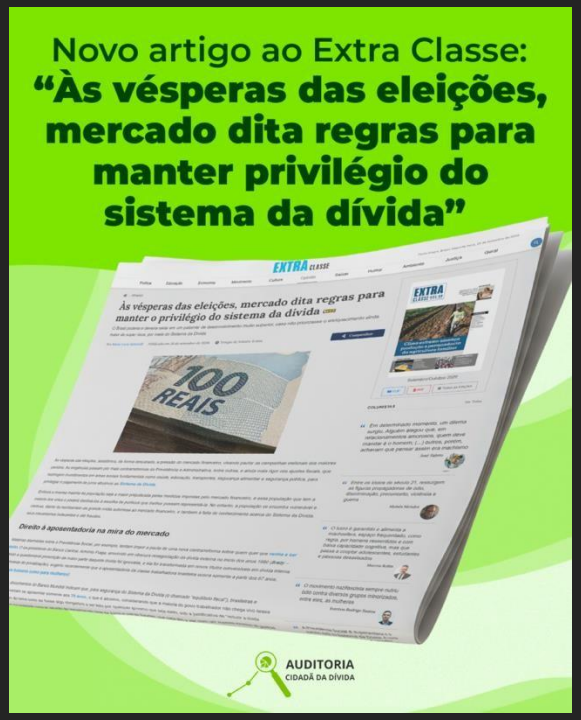
Ex-presidente do BC articula nova Reforma da Previdência



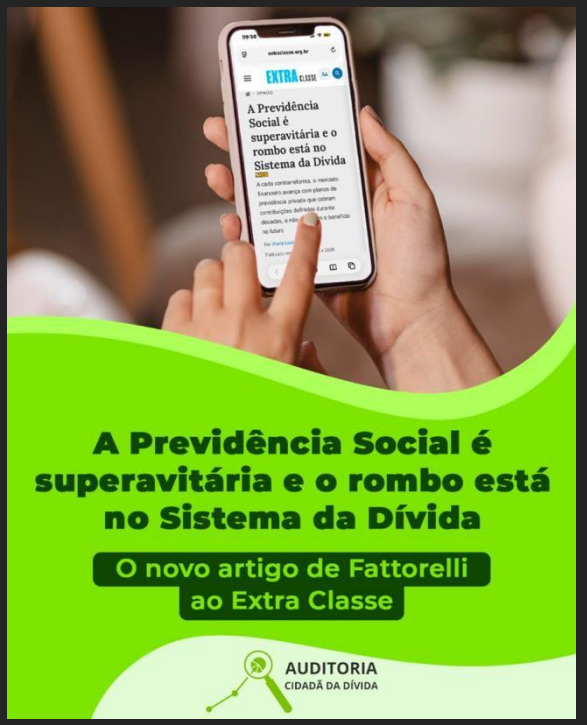
- NOVA CONTRARREFORMA: Proposta de Armínio Fraga prevê aposentadoria aos 67 anos para homens e mulheres, com aumento automático da idade mínima;
- MAIS PERDA DE DIREITOS: Capitalização na aposentadoria, redução do BPC e mudanças que penalizam trabalhadores rurais;
- O FALSO DÉFICIT: A ACD contesta o discurso de insustentabilidade da Previdência. Estudos da ANFIP apontam que a Seguridade Social é superavitária, enquanto os juros da dívida seguem privilegiados.

https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ex-presidente-do-bc-articula-nova-reforma-da-previdencia/

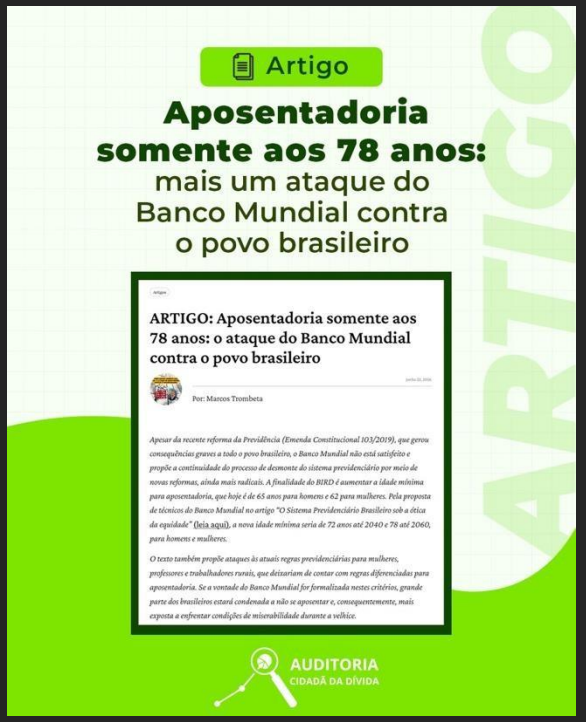
AMEAÇA DE MAIS CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA PARA QUE SOBRE MAIS DINHEIRO PARA O SISTEMA DA DÍVIDA



https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2026/09/as-vesperas-das-eleicoes-mercado-dita-regras-para-manter-o-privilegio-do-sistema-da-divida/



https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2026/08/a-previdencia-social-e-superavitaria-e-o-rombo-esta-no-sistema-da-divida/



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/aposentadoria-somente-aos-78-anos-mais-um-ataque-do-banco-mundial-contra-o-povo-brasileiro/

6 - LUTA PELA EXTINÇÃO DO CONFISCO PREVIDENCIÁRIO SOBRE OS PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

FIM DO CONFISCO PREVIDENCIÁRIO: UMA LUTA PRIORITÁRIA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SERVIÇO PÚBLICO



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/confisco-sobre-aposentados-e-pensionistas-a-medida-temporaria-que-ja-dura-23-anos/





https://auditoriacidada.org.br/nucleo/conacate-debate-o-fim-do-confisco-previdenciario-no-servico-publico/

FIM DO CONFISCO PREVIDENCIÁRIO: UMA LUTA PRIORITÁRIA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SERVIÇO PÚBLICO

- Fim da contribuição previdenciária sobre aposentadorias e pensões;
- Valorização dos servidores que dedicaram sua vida ao serviço público;
- Aprovação das propostas legislativas e mobilização nacional pela conquista desse direito;
- MOBILIZAÇÃO PELA APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS: fortalecer a luta pela aprovação da PEC 555/2006 e da PEC 6/2024 (PEC Social), que tratam do fim ou da redução gradual dessa contribuição.

7 - NÚCLEOS DA ACD NOS ESTADOS

Compartilhamento de informes, avaliação de atividades e discussão de propostas para fortalecer a atuação dos Núcleos da ACD



Deliberações:

- Carta Aberta ao presidente Lula: é hora de romper com a "babaquice" do superávit
- Novo folheto para parlamentares: divulgação das propostas da ACD
- Auditoria da dívida nos estados: informes sobre os relatórios relacionados à dívida dos Estados com a União e a importância de ampliar o acompanhamento e a divulgação desse trabalho.

8 - FORTALEÇA A ACD – CONTRIBUA COM A CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS

FORTALEÇA A ACD



- Apoie a continuidade do trabalho da ACD: sua contribuição ajuda a manter as atividades de estudo, pesquisa, mobilização e divulgação da Auditoria Cidadã da Dívida.
- · Faça sua doação: contribua pelo PIX ou diretamente pelo site da ACD PIX (CNPJ):12537204000145

- Site para doações: https://auditoriacidada.org.br/doacao/

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

